

Suspensão de Fundos

A Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu, composta pelo presidente da instituição, Martin Schulz, e pelos líderes dos grupos políticos, decidiu continuar o “diálogo estruturado” sobre a **possível suspensão dos fundos a Portugal e Espanha**.

ver pág. 8

InterRail

Os eurodeputados debateram em plenário uma ideia para **oferecer um bilhete de InterRail gratuito aos jovens europeus** no seu 18º aniversário. Pretende-se promover a interação entre jovens europeus através de um meio de transporte com baixas emissões de gases com efeitos de estufa.

ver pág. 10

Guerra na Síria

O Parlamento Europeu apelou a todas as partes no **conflito na Síria**, em particular à Rússia e ao regime de Assad, para **que ponham termo aos ataques contra civis**. Os recentes ataques constituem “*violações graves e alarmantes do direito internacional humanitário*” e “*eventuais crimes de guerra*”.

ver pág. 6

em destaque:

Acordo de Paris

O Parlamento Europeu deu um passo decisivo para a **entrada em vigor do Acordo de Paris** ao aprovar a ratificação pela União Europeia deste acordo mundial e vinculativo de luta contra as alterações climáticas por 610 votos a favor, 38 contra e 31 abstenções.

Após a aprovação pelo Parlamento Europeu, o Conselho poderá adotar a decisão que permite à UE ratificar o Acordo de Paris, o que tornará possível a sua entrada em vigor.

Este acordo mundial de luta contra as alterações climáticas entrará em vigor no trigésimo dia após a data em que, pelo menos, 55 partes na convenção, representando no seu conjunto, pelo menos, cerca de 55% do total das emissões de gases com efeito de estufa, tiverem depositado os seus instrumentos de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão.

Até ao momento, 62 países responsáveis por 51,89% das emissões globais de gases com efeito de estufa depositaram os seus instrumentos de ratificação. A UE representa cerca de 12% das emissões globais. Com a ratificação pela UE, fica preenchido o segundo critério de 55% das emissões.

Carlos Coelho afirmou: “*O facto de o Acordo, bem como os contributos previstos determinados a nível nacional (CPDN), se assumirem como **juridicamente vinculativos** para as 187 partes é uma **boa notícia para o combate mundial contra o aumento da emissão de gases com efeito estufa** e pelo alcance da **neutralidade climática até ao final do século**”.*

ver pág. 3

Índice

PE respeita minuto de silêncio por Shimon Peres.....	3
Clima: Parlamento Europeu aprova Acordo de Paris e viabiliza a sua entrada em vigor.....	3
Parlamento Europeu aprova novas regras contra a tortura e a pena de morte...5	
Síria: Parlamento Europeu apela ao fim dos ataques contra civis e à mediação da UE.....	6
Diálogo estruturado: PE vai convidar ministros de Portugal e Espanha para debate sobre possível suspensão de fundos	8
Eurodeputados querem bilhetes de InterRail gratuitos para jovens europeus.....	10
Eurodeputados querem que código de conduta dos comissários seja reforçado.....	11
Ordem da sessão.....	13

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

PE respeita minuto de silêncio por Shimon Peres

O Parlamento Europeu respeitou hoje um minuto de silêncio pelo estadista israelita Shimon Peres, que faleceu no dia 28 de setembro, aos 93 anos. Na abertura da sessão plenária, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, disse que Peres foi um advogado incansável da paz e um amigo da Europa. Schulz anunciou também que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, vai discursar amanhã no Parlamento Europeu na cerimónia de aprovação do Acordo de Paris.

Clima: Parlamento Europeu aprova Acordo de Paris e viabiliza a sua entrada em vigor

O Parlamento Europeu deu um passo decisivo para a entrada em vigor do Acordo de Paris ao aprovar a ratificação pela União Europeia deste acordo mundial e vinculativo de luta contra as alterações climáticas por 610 votos a favor, 38 contra e 31 abstenções.

Após a aprovação pelo Parlamento Europeu, o Conselho poderá adotar a decisão que permite à UE ratificar o Acordo de Paris, o que tornará possível a sua entrada em vigor.

Este acordo mundial de luta contra as alterações climáticas entrará em vigor no trigésimo dia após a data em que, pelo menos, 55 partes na convenção, representando no seu conjunto, pelo menos, cerca de 55% do total das emissões de gases com efeito de estufa, tiverem depositado os seus instrumentos de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão.

Até ao momento, 62 países responsáveis por 51,89% das emissões globais de gases com efeito de estufa depositaram os seus instrumentos de ratificação. A UE representa cerca de 12% das emissões globais. Com a ratificação pela UE, fica preenchido o segundo critério de 55% das emissões.

A UE deverá depositar o respetivo instrumento de ratificação na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 7 de outubro.

O Acordo de Paris poderá assim entrar em vigor a tempo da próxima Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas (COP 22), que se realiza em Marraquexe, Marrocos, de 7 a 18 de novembro.

Sete Estados-Membros da UE já concluíram os respetivos processos de ratificação a nível nacional: Hungria, França, Eslováquia, Áustria, Malta, Portugal e Alemanha.

UE quer continuar a ser líder na luta contra as alterações climáticas.

“A nossa votação permite que seja atingido o limiar necessário (...) A entrada em vigor do Acordo de Paris menos de um ano após a sua assinatura é um feito notável, tendo em conta que levou oito anos para o Protocolo de Quioto entrar em vigor”, disse o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz.

“A votação de hoje significa também que a UE continua a ser líder na luta contra as alterações climáticas”, destacou Martin Schulz numa cerimónia no hemiciclo de Estrasburgo onde estiveram presentes o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, a presidente da Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas (COP 21) e ministra francesa do Ambiente, Ségolène Royal, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, o secretário de Estado eslovaco Ivan Korčok, em representação do Conselho, e o relator do PE, Giovanni La Via.

“A UE tem um longo historial de liderança na luta contra as alterações climáticas”, notou Ban Ki-moon, salientando a importância da ratificação do Acordo de Paris pela UE. O Secretário-Geral das Nações Unidas afirmou que esta luta é não apenas um dos desafios mais importantes dos nossos tempos, mas também uma oportunidade para a construção de uma economia mais sustentável e competitiva e para sociedades mais estáveis.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE), *“A celebração do Acordo de Paris, conforme aprovado na Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), em dezembro de 2015, constitui uma vitória do multilateralismo na luta contra as alterações climáticas. O facto de o acordo, bem como os contributos previstos determinados a nível nacional (CPDN), se assumirem como juridicamente vinculativos para as 187 partes é uma boa notícia para o combate mundial contra o aumento da emissão de gases com efeito estufa e pelo alcance da neutralidade climática até ao final do século.*

Acompanho o objetivo ambicioso de longo prazo de limitar o aumento da temperatura a 1,5 ° C. Para o efeito, destaco a importância dos balanços globais quinquenais a partir de 2023 sobre os progressos em matéria de emissões e a obrigação de apresentação bienal do inventário dos gases com efeito de estufa por todas as partes. São passos importantes para uma maior transparência e responsabilização dos Estados.

Congratulo-me, igualmente, pelo compromisso com a partilha de boas práticas (benchmarking) em matéria de investigação científica e adoção de políticas.

Apelo ao rápido depósito dos instrumentos de ratificação junto das Nações Unidas, mantendo a liderança da UE nesta área.

Pelo exposto, apoio a recomendação”.

Parlamento Europeu aprova novas regras contra a tortura e a pena de morte

Os eurodeputados aprovaram novas regras sobre os controlos das exportações e a proibição de publicidade e promoção de mercadorias suscetíveis de serem utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. O objetivo é evitar que as exportações da UE contribuam para violações dos direitos humanos em países terceiros.

O regulamento que revê os controlos da UE sobre o comércio de instrumentos de tortura foi aprovado em plenário por 612 votos a favor, 11 contra e 54 abstenções.

Esta legislação visa colmatar as lacunas do atual regime da UE, incluindo novas cláusulas que restringem e proíbem serviços de assessoria, transporte, corretagem, publicidade e promoção de produtos de risco ou proibidos, como em feiras comerciais, em exposições e na Internet.

O regulamento prevê também um novo procedimento de urgência que permitirá dar uma resposta rápida à circulação de novos produtos que possam surgir no mercado e que sejam suscetíveis de utilização em atos de tortura.

É ainda criado um grupo de coordenação que servirá de plataforma para o intercâmbio de informações entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia e que acompanhará a evolução da situação.

O regulamento entrará em vigor no terceiro dia após a sua publicação no Jornal Oficial da UE.

Intervenção de eurodeputados portugueses

Pedro Silva Pereira (S&D) *“Senhor Presidente, Senhora Comissária, a União Europeia é bastante mais do que um simples mercado e sendo a proteção dos direitos humanos um valor fundamental da União, esse valor tem de estar no centro da política europeia de comércio. É por isso que as novas regras anti tortura acordadas no trílogo das instituições europeias merecem o apoio desta Casa, justamente porque constituem um passo muito importante para uma política comercial mais responsável e mais conforme com os nossos valores, capaz até de se constituir como uma referência exemplar neste domínio à escala global.*

Quero, por isso, saudar o trabalho da Comissão e da delegação da Comissão do Comércio Internacional no trílogo que conseguiu integrar grande parte das recomendações do Parlamento no texto final e destaco dois pontos fundamentais: a proibição da publicidade e da promoção das mercadorias destinadas à tortura e também o procedimento de urgência que permitirá uma resposta rápida à circulação de novos produtos que possam surgir no mercado e sejam suscetíveis de utilização em atos de tortura. Com estas novas regras a política comercial da União fica melhor, o nosso combate pelos direitos humanos fica mais forte e o Parlamento Europeu continuará a cumprir a sua missão, vigiando a aplicação destas regras para que a

política comercial da União seja efetivamente, na prática, fiel aos valores da União Europeia”.

Ana Gomes (S&D) *“Senhora Presidente, há uns anos atrás, a pedido da ONG Reprieve, iniciei, com outros colegas aqui no Parlamento Europeu uma ação para obter o resultado que hoje finalmente votaremos. Felicito a relatora Marietje Schaake, que conduziu as negociações entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento em defesa das posições do Parlamento para introduzir cruciais alterações no Regulamento de 2005, corrigindo lacunas e aumentando o alcance e a eficácia.*

É o caso das cláusulas que restringem e proíbem serviços de assessoria, transporte, corretagem, marketing e outros serviços acessórios à venda de produtos de risco ou proibidos. As empresas estabelecidas na União Europeia não poderão mais promover equipamentos proibidos em feiras de armas, exposições e online. Proibimos o fornecimento de assistência técnica na utilização de medicamentos ou outros produtos suscetíveis destes usos, para tortura, aplicação de pena de morte e introduzimos um procedimento de urgência que permitirá controlar novos produtos que apresentem riscos.

Não basta sermos contra a pena de morte e a tortura, universalmente. Precisamos de garantir que a União Europeia, na política comercial como noutras, é coerente e não, de maneira nenhuma, se presta a ser cúmplice na execução da pena de morte e de atos de tortura, que as nossas empresas, que as empresas europeias, não lucram com a venda de produtos que possam ser utilizados por ditaduras ou por democracias para causar tortura e infligir a pena capital a seres humanos. Coerência na defesa da dignidade humana, na base dos valores consagrados no Tratado da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais é fundamental na política comercial como noutras”.

Síria: Parlamento Europeu apela ao fim dos ataques contra civis e à mediação da UE

O Parlamento Europeu apelou a todas as partes no conflito na Síria, em particular à Rússia e ao regime de Assad, para que ponham termo aos ataques contra civis. Os recentes ataques constituem “violações graves e alarmantes do direito internacional humanitário” e “eventuais crimes de guerra”, diz uma resolução aprovada em plenário. Os eurodeputados pedem à UE que assuma um maior protagonismo na mediação para um acordo de paz no país.

O Parlamento Europeu condena todos os ataques contra civis e hospitais na Síria e manifesta a sua profunda preocupação com o sofrimento das pessoas nas zonas cercadas de Aleppo.

Os recentes ataques a um comboio de ajuda humanitária e a um entreposto do Crescente Vermelho perto de Aleppo constituem “violações graves e alarmantes do direito internacional humanitário” e “eventuais crimes de guerra”, dizem os

eurodeputados, pedindo que os autores destes crimes sejam responsabilizados pelos seus atos.

Numa resolução aprovada por 508 votos a favor, 50 contra e 56 abstenções, o Parlamento Europeu apela “*a todas as partes no conflito, em particular a Rússia e o regime de Assad, para que ponham termo aos ataques contra civis e infraestruturas civis (...), tomem medidas credíveis e imediatas com vista à cessação das hostilidades, levantem todos os cercos e possibilitem às organizações humanitárias prestar ajuda de forma rápida, segura e incondicional a todas as pessoas necessitadas*”.

Os eurodeputados instam todos os participantes no Grupo Internacional de Apoio à Síria a retomarem as negociações, a facilitarem a instauração de uma paz estável e a intensificarem os esforços com vista à obtenção de uma solução política duradoura para a Síria.

A UE deve assumir “*um maior protagonismo na mediação para um acordo de paz na Síria*”, diz a resolução.

Intervenções de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “*Senhor Presidente, a resolução omite que esta é uma guerra entre um governo legítimo em defesa da integridade do seu território e exércitos armados e treinados pelas potências ocidentais. Omite que foram os Estados Unidos que violaram o cessar-fogo acordado em 26 de setembro.*

Todos se recordam, certamente, de uma resolução em tudo semelhante a esta que foi aprovada nesta Assembleia acerca da Líbia. Nessa altura o Governo líbio tinha deixado de servir os interesses das mesmas potências ocidentais que criaram e armaram as milícias que destruíram um país e que está hoje a saque.

Deixemo-nos de hipocrisias. Apelamos ao fim das sanções económicas e diplomáticas contra o governo sírio. O que importa é que se cessem de armar e formar os rebeldes, substituindo as armas pelo diálogo e ajudando a construir uma solução política que permita acabar com a guerra, que permita a ajuda humanitária e crie condições para uma reconstrução de um país que já sofreu demais com este conflito.”

Marisa Matias (CEUE/EVN) em nome do Grupo GUE/NGL– “*Senhora Presidente, bem, eu confesso que tenho a sensação que estou no debate errado porque pensava que era para debater a situação na Síria. O que se passa em relação ao povo sírio, e o que vejo, é um grupo de homens que parece que estão a jogar ao Risk, aquele jogo de guerra que os meninos jogam no tabuleiro, cada um a escolher os seus soldados, os seus peões, mas ninguém refere o essencial deste debate que é o povo sírio e o que se está a viver na Síria. Portanto, estão todos muito entretidos a fazer os vossos jogos, a fazer o vosso braço de ferro e a não responder verdadeiramente ao problema humanitário que se vive na Síria.*

Eu devo-vos dizer que o pior exemplo que este Parlamento pode dar é exatamente o que estamos a ter neste debate: é instrumentalizar um conflito, instrumentalizar vítimas para fazerem os vossos jogos de guerra. Não precisamos disso! Precisamos de estar ao lado do povo sírio. Não, Senhor Verhofstadt, escusa - pronto já sei que

não me está a ouvir porque deve ser por ser mulher e não jogar aos jogos de guerra que o senhor joga com os seus amigos - mas devo dizer, Senhor Verhofstadt, o que o senhor disse é absolutamente inaceitável. Nós precisamos de apoiar os esforços das Nações Unidas, um diálogo político, sim, com todos os atores, excluindo os terroristas. E quanto a forças moderadas talvez pudéssemos deixar de armar indiscriminadamente as chamadas “forças moderadas” e parar de criar grupos terroristas, porque o al-Nusra, antes de ser um grupo terrorista, também era uma força moderada que deveria ser apoiada.

Portanto, se não começarmos a tratar a sério das mortes, se não começarmos a tratar a sério da tragédia humanitária, podemos continuar com este espetáculo fantástico e devo-vos dizer, é não só isto como uma falta de respeito enorme, que os senhores são tão bons, tão bons, tão bons, melhores do que toda a gente, que sabem tudo, que se dão ao luxo de retirar os auscultadores quando os outros falam, porque não aceitam ouvir críticas de ninguém. Eu estou habituada a isso. Agradeço, fiquei a saber melhor sobre os dois”.

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, a resolução omite que esta é uma guerra entre um governo legítimo em defesa da integridade do seu território e exércitos armados e treinados pelas potências ocidentais. Omite que foram os Estados Unidos que violaram o cessar-fogo acordado em 26 de setembro.*

Todos se recordam, certamente, de uma resolução em tudo semelhante a esta que foi aprovada nesta Assembleia acerca da Líbia. Nessa altura o Governo líbio tinha deixado de servir os interesses das mesmas potências ocidentais que criaram e armaram as milícias que destruíram um país e que está hoje a saque.

Deixemo-nos de hipocrisias. Apelamos ao fim das sanções económicas e diplomáticas contra o governo sírio. O que importa é que se cessem de armar e formar os rebeldes, substituindo as armas pelo diálogo e ajudando a construir uma solução política que permita acabar com a guerra, que permita a ajuda humanitária e crie condições para uma reconstrução de um país que já sofreu demais com este conflito”.

Diálogo estruturado: PE vai convidar ministros de Portugal e Espanha para debate sobre possível suspensão de fundos

A Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu, composta pelo presidente da instituição, Martin Schulz, e pelos líderes dos grupos políticos, decidiu continuar o “diálogo estruturado” sobre a possível suspensão dos fundos a Portugal e Espanha no quadro do procedimento relativo aos défices excessivos e convidar os ministros das Finanças dos dois países para uma troca de pontos de vista até ao final de outubro.

Os líderes parlamentares seguiram as recomendações das comissões do Desenvolvimento Regional (REGI) e dos Assuntos Económicos (ECON) relativas às

próximas etapas do diálogo estruturado sobre a possível suspensão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) aos dois países ibéricos.

Os ministros das Finanças de Portugal e de Espanha vão ser convidados para vir ao Parlamento Europeu antes do final de outubro para uma troca de pontos de vista numa reunião conjunta da REGI e da ECON.

A Conferência dos Presidentes do PE decidiu, assim, continuar o diálogo estruturado. A Comissão Europeia poderá também ser convidada a fornecer informações adicionais sobre a aplicação do artigo 23.º do regulamento de 2013 que estabelece disposições comuns para os FEEI (medidas destinadas a ligar a eficácia destes fundos a uma boa governação económica).

Cronologia

12 de julho de 2016 - O Conselho considera que Portugal e Espanha não tomaram medidas eficazes para corrigir os respetivos défices excessivos. A decisão do Conselho desencadeia a aplicação de sanções ao abrigo do procedimento relativo aos défices excessivos. A Comissão tem 20 dias para apresentar uma proposta sobre a imposição de multas. Ao contrário do que acontece com a multa, não existe qualquer prazo juridicamente vinculativo para que a Comissão proponha a suspensão de determinadas partes das autorizações no âmbito dos FEEI para 2017.

27 de julho de 2016 - A Comissão recomenda ao Conselho que a multa a aplicar seja cancelada e propõe novas trajetórias orçamentais para Portugal e Espanha. O executivo comunitário anuncia que se irá pronunciar sobre a suspensão parcial das autorizações dos fundos estruturais para 2017 aos dois países após o diálogo estruturado com o Parlamento Europeu.

8 de agosto de 2016 - O Conselho concorda em não aplicar multas a Portugal e Espanha e define novos prazos para a correção dos défices excessivos.

A Comissão congratula-se com o cancelamento das multas pelo Conselho, tal como recomendado em 27 de julho. No entanto, relembra que, ao abrigo das regras orçamentais da UE, tem ainda de apresentar uma proposta sobre a suspensão parcial das autorizações dos fundos estruturais após o diálogo estruturado com o Parlamento Europeu.

15 de setembro de 2016 - A Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu dá o seu aval à proposta das comissões parlamentares do Desenvolvimento Regional e dos Assuntos Económicos sobre o formato do diálogo estruturado, decidindo que a Comissão será convidada para uma audição numa reunião conjunta destas comissões parlamentares.

3 de outubro de 2016 - Audição com o vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelo Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, e a comissária para a Política Regional, Corina Crețu, sobre a possível suspensão dos fundos estruturais a Portugal e Espanha, no âmbito do diálogo estruturado previsto no artigo 23.º do regulamento relativo aos FEEI.

6 de outubro de 2016 - A Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu decide continuar o diálogo estruturado e convidar os ministros das Finanças de Portugal e Espanha para uma troca de pontos de vista até ao final de outubro.

Eurodeputados querem bilhetes de InterRail gratuitos para jovens europeus

Os eurodeputados debateram em plenário uma ideia para oferecer um bilhete de InterRail gratuito aos jovens europeus no seu 18º aniversário. O objetivo? Promover a interação entre jovens europeus através de um meio de transporte com baixas emissões de gases com efeitos de estufa. Milhões de jovens europeus já utilizaram este passe para viajar pelo continente nas últimas décadas, mas o bilhete pode custar algumas centenas de euros.

O InterRail é um passe mensal que permite a europeus e residentes viajar de comboio pela Europa. Os utilizadores podem escolher o seu percurso. Mais de 300 000 pessoas utilizam o passe anualmente e o bilhete pode custar entre 20 e 480 euros para jovens.

Apoio da Comissão Europeia

Violeta Bulc, comissária europeia responsável pela pasta dos transportes, elogiou a ideia do Parlamento Europeu sugerindo uma lotaria e afirmando que o programa poderia tornar-se intermodal e não ficar limitado à rede InterRail. *“A Comissão Europeia vai analisar cuidadosamente potenciais custos e possíveis fontes de financiamento para esta iniciativa”*, afirmou.

O que pensam os grupos políticos?

“Os cidadãos devem descobrir os países vizinhos e viver com as pessoas como amigos. Queremos investir em todos os jovens para que estes possam descobrir o continente”, afirmou Manfred Weber do grupo PPE.

“Investir nos jovens, promover a compreensão e o conhecimento sobre a Europa é uma ideia excelente e encantadora”, acrescentou Luigi Morgano do S&D.

Kosma Złotowski do ECR afirmou *“apoiar totalmente a iniciativa.”*

“Existe uma Europa com alma e coração e que melhor maneira de a promover que dar às pessoas a oportunidade de a explorar”, afirmou Alexander Graf Lambsdorff, ALDE.

“Os jovens têm direito a um futuro próspero e com paz social. Em vez de assegurarmos esse mesmo futuro estamos a enviá-los numa viagem com esperança que vivam a partir desta experiência feliz para o resto das suas vidas”, afirmou Kateřina Konečná do CEUE/EVN,

"Apoiamos plenamente esta fantástica ideia. Por um custo relativamente pequeno, podemos promover a cooperação entre os europeus e ajudar a conhecer a Europa", afirmou Rebecca Harms, Verdes/ALE.

"Trata-se de uma boa iniciativa e que pode de facto reforçar o espírito europeu" concluiu Daniela Aiuto do EFDD.

Para os Estados-Membros que não fazem parte da rede InterRail (Malta, Chipre, Estónia, Letónia e Lituânia) poderiam ser considerados outros meios de transportes.

Eurodeputados querem que código de conduta dos comissários seja reforçado

Os eurodeputados pediram à Comissão Europeia que tome medidas para evitar conflitos de interesses de antigos e atuais comissários e para reforçar o respetivo código de conduta. Vários parlamentares realçaram que os casos que têm sido revelados abalaram ainda mais a confiança dos cidadãos nas instituições e nas elites políticas.

A ida do antigo presidente da Comissão, Durão Barroso, para o Goldman Sachs 20 meses depois de deixar o cargo, as revelações do *"Bahama Leaks"* que envolvem a ex-comissária Neelie Kroes e as anteriores ligações do atual comissário para a Ação Climática e Energia, Miguel Arias Cañete, com a indústria petrolífera foram alguns dos casos mencionados no debate.

A maioria dos eurodeputados considera que o que foi proposto até agora pela Comissão - representada no debate pelo comissário dos Assuntos Económicos e Financeiros, Pierre Moscovici - não é suficiente, apelando a alterações ao código de conduta para que fique claro o que é ou não permitido aos comissários durante e depois do exercício do cargo e as sanções que lhes devem ser aplicáveis em caso de incumprimento.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Marisa Matias (CEUE/EVN) *"Senhora Presidente, a Comissária Georgieva preparou a sua candidatura às Nações Unidas enquanto recebia salário da Comissão Europeia. Durão Barroso formalizou a sua velha ligação à Goldman Sachs e passou de uma união de facto a um casamento. O Comissário Cañete, sim, saiu do lobby do petróleo para vir para a pasta do Clima e da Energia. E esta lista está longe de ser exaustiva.*

Há um problema de registo e há um problema de conflitos de interesses, mas nenhum destes exemplos seria resolvido pelas novas propostas da Comissão Europeia. Nós precisamos de um registo intertemporal com incompatibilidades absolutas ao longo dos períodos de pausa e não apenas relativos aos períodos em que exercem as funções, senão vamos continuar a ter comissários que vêm da indústria e à indústria voltarão.

O problema de fundo é que ninguém pode servir dois senhores: não pode estar ao serviço dos interesses financeiros e ao serviço dos interesses dos cidadãos ao mesmo tempo e, portanto, se há portas giratórias, é porque as salas nestas instituições são contíguas.

Enquanto a Comissão estiver ao serviço dos interesses financeiros e não estiver ao serviço dos interesses da população, continuaremos a ter este tipo de comissários mas, no dia que for ao serviço dos cidadãos, garanto que estes comissários nem sequer quererão ir para a Comissão.”

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, há um primeiro fundamental e estrutural conflito de interesses na União Europeia. O conflito entre os interesses que a União Europeia defende, os interesses das grandes potências, dos grandes grupos económicos, do grande capital financeiro, e os interesses dos trabalhadores e dos povos da Europa. Tudo o resto que aqui discutimos são expressões, revelações, se quiserem, desta realidade fundamental.*

Sabe-se hoje, sem surpresa, que Durão Barroso já trabalhava para a Goldman Sachs quando ainda era Presidente da Comissão Europeia, como se sabe que Draghi continua a trabalhar para a Goldman Sachs como Presidente do Banco Central Europeu, mas o problema vai muito para além da chamada porta giratória. Toda a legislação adotada nos últimos anos pela União Europeia no domínio financeiro, apenas para dar um exemplo, foi determinada pelos interesses e pela intervenção direta dos grandes bancos e seguradoras.

Não há código de conduta capaz de alterar a matriz, a natureza de classe deste processo de integração. Será a luta dos trabalhadores e dos povos a derrotá-lo e a contrapor-lhe a necessária alternativa, em defesa dos seus próprios interesses de classe.”

Ana Gomes (S&D) *“Senhora Presidente, a contratação do ex-Presidente da Comissão pela Golden Sachs, o caso Cañete e a ocultação de interesses offshore pela ex-Comissária Kroes alimentam o discurso populista eurofóbico porque alimentam a justa desconfiança e ira dos cidadãos. É inadmissível que Barroso continue a receber pensão paga pelos contribuintes enquanto serve a Goldman Sachs, que visitou à socapa, em 2013, quando era Presidente da Comissão Europeia. Uma comissão de ética ad hoc não basta. O caso Barroso deve ir ao Tribunal de Justiça.*

É preciso reforçar regras sobre portas giratórias entre o setor público e privado, alargar períodos de nojo e incompatibilidades. São precisas sanções por violação das mais elementares regras de transparência e ética, são precisos registos detalhados de interesses financeiros dos lobistas e consultores junto da Comissão, do Parlamento e do Conselho.

As medidas propostas pela Comissão Europeia são manifestamente insuficientes. Restabelecer a confiança dos cidadãos exige reforma firme e radical. Na comissão de inquérito do Parlamento Europeu sobre os Panamá Papers e os Bahama Leaks, vamos trabalhar para isso.”

Ordem do dia 03 a 06 Outubro de 2016

► Segunda-feira, 03 Outubro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Futuro das relações ACP-UE após 2020 - *Relatório: Norbert Neuser (A8-0263/2016)*

Acesso à educação para as crianças sírias no Líbano - *Declaração da Comissão*

Objetivos globais e compromissos da UE em matéria de nutrição e segurança alimentar no mundo - *Pergunta oral (O-000099/2016 - B8-0717/2016)*

Luta contra a exploração florestal ilegal, a desflorestação e degradação florestal - *Pergunta oral (O-000112/2016 - B8-0720/2016)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 04 Outubro

09:00 - 12:20

Apoio judiciário para suspeitos ou arguidos e para pessoas procuradas em processos de execução de mandados de detenção europeus - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0165/2015)*

Comércio de determinadas mercadorias suscetíveis de serem utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes - *Relatório: Marietje Schaake (A8-0267/2015)*

12:00 - 12:15 Sessão solene

Discurso de Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas, sobre a celebração do Acordo de Paris

12:15 - 14:15 VOTAÇÃO

Celebração, em nome da UE, do Acordo de Paris adotado no âmbito da Convenção-Quadro da ONU sobre as Alterações Climáticas - *Recomendação: Giovanni La Via (A8-0280/2016)*

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Giorgos Grammatikakis - *Relatório: António Marinho e Pinto (A8-0279/2016)*

Mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Grécia na sequência do sismo que afetou as ilhas Jónicas em novembro de 2015 - *Relatório: Georgios Kyrtos (A8-0270/2016)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2016/001 FI/Microsoft - *Relatório: Petri Sarvamaa (A8-0273/2016)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2016/002 SE/Ericsson - *Relatório: Esteban González Pons (A8-0272/2016)*

Apoio judiciário para suspeitos ou arguidos e para pessoas procuradas em processos de execução de mandados de detenção europeus - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0165/2015)*

Comércio de determinadas mercadorias suscetíveis de serem utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes - *Relatório: Marietje Schaake (A8-0267/2015)*

Acordo de Cooperação Estratégica Europol-China - *Relatório: Claude Moraes (A8-0265/2016)*

Futuro das relações ACP-UE após 2020 - *Relatório: Norbert Neuser (A8-0263/2016)*

15:00 - 23:00

Situação macroeconómica na Grécia, reformas estruturais e respetivo impacto e perspetivas para as futuras negociações no âmbito do Programa - *Declaração da Comissão*

Discussão conjunta - Conflitos de interesses

Evitar conflitos de interesses de antigos e atuais comissários - *Declaração da Comissão*

Documentos das Baamas - *Declaração da Comissão*

Situação em Calais - *Declaração da Comissão*

Passaporte InterRail para a Europa aos 18 anos - *Declaração da Comissão 4*

Futuro das telecomunicações, utilização responsável e chamadas no interior da União - *Declaração da Comissão*

Procuradoria Europeia e Eurojust - *Perguntas orais (O-000092/2016 - B8-0715/2016) (O-000093/2016 - B8-0716/2016)*

Normas Internacionais de Relato Financeiro: IFRS 9 - *Pergunta oral (O-000115/2016 - B8-0721/2016)*

► Quarta-feira, 05 Outubro

09:00 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO

Preparação da reunião do Conselho Europeu de 20 e 21 de outubro de 2016 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Adesão do Peru à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0267/2016)*

Adesão do Cazaquistão à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0268/2016)*

Adesão da República da Coreia à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0266/2016)*

Objetivos globais e compromissos da UE em matéria de nutrição e segurança alimentar no mundo - *Proposta de resolução*

Procuradoria Europeia e Eurojust - *Proposta de resolução*

Necessidade de uma política de reindustrialização europeia à luz dos recentes casos Caterpillar e Alstom - *Propostas de resolução*

15:00 - 23:00

Situação na Síria - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Processo de paz na Colômbia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação na República Democrática do Congo - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Direitos das mulheres na Polónia - *Declaração da Comissão*

Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2016, em Marraquexe, Marrocos (COP 22) - *Perguntas orais (O-000103/2016 - B8-0718/2016) (O-000104/2016 - B8-0719/2016)*

Acordo Interinstitucional sobre o Registo de Transparência - *Declaração da Comissão 7*

Aplicação do Regulamento relativo aos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos - *Relatório: Christel Schaldemose (A8-0237/2016)*

► **Quinta-feira, 06 Outubro**

09:00 - 11:50

Relatório anual de 2014 sobre o controlo da aplicação do Direito da União - *Relatório: Heidi Hautala (A8-0262/2016)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Ruanda: o caso de Victoire Ingabire 9

Sudão

Tailândia, em particular o caso de Andy Hall

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Normas Internacionais de Relato Financeiro: IFRS 9 - *Proposta de resolução*

Situação na Síria - *Propostas de resolução*

Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2016, em Marraquexe, Marrocos (COP 22) - *Proposta de resolução*

Aplicação do Regulamento relativo aos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos - *Relatório: Christel Schaldemose (A8-0237/2016)*

Relatório anual de 2014 sobre o controlo da aplicação do Direito da União - *Relatório: Heidi Hautala (A8-0262/2016)*

Objeção nos termos do artigo 106.º do Regimento: colocação no mercado para cultivo de sementes de milho geneticamente modificado Bt11

Objeção nos termos do artigo 106.º do Regimento: colocação no mercado para cultivo de sementes de milho geneticamente modificado 1507

Objeção nos termos do artigo 106.º do Regimento: renovação da autorização de colocação no mercado para cultivo de sementes de milho geneticamente modificado MON 810

Objeção nos termos do artigo 106.º do Regimento: renovação da autorização de colocação no mercado de produtos de milho geneticamente modificado MON 810

Objeção nos termos do artigo 106.º do Regimento: colocação no mercado de algodão geneticamente modificado 281-24-236 x 3006-210-23 x MON 88913

15:00 - 17:00

Um setor financeiro sustentável - *Declaração da Comissão*